



Câmara Municipal de Varginha

Resolução Nº 2/2022

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS NO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA.

A Câmara Municipal de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou e sua Mesa Diretora promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º Ficam criados os seguintes cargos públicos no Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Varginha:

Denominação	Provimento	Classe	Quant.	Valor
Assessor Parlamentar	Amplo	I	10	R\$ 2.203,20
Assessor Parlamentar	Amplo	II	2	R\$ 3.051,40
Assessor Parlamentar	Amplo	III	4	R\$ 6.102,79

Art. 2º Ficam extintos os seguintes cargos públicos no Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Varginha:

Denominação	Provimento	Símbolo	Quantidade	Valor
Chefe do Serviço de Controladoria	Amplo	CCL-05	1	R\$ 6.102,79
Chefe do Serviço de Compras	Amplo	CCL-05	1	R\$ 6.102,79
Chefe do Serviço de Contabilidade	Amplo	CCL-05	1	R\$ 6.102,79
Chefe do Serviço de Comunicação	Amplo	CCL-05	1	R\$ 6.102,79



Câmara Municipal de Varginha

A s s i s t e n t e T é c n i c o Legislativo	Amplo	CCL-03	1	R\$ 3.051,40
A s s e s s o r Gabinete da Presidência	Amplo	CCL-03	1	R\$ 3.051,40
Assessor de Gabinete de Vereador	Amplo	CCL-02	10	R\$ 2.203,20

Art. 3º O Relatório de Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro, consta do Anexo I desta Lei.

Art. 4º As atribuições dos respectivos Cargos criados constam do Anexo II desta Lei.

Art. 5º A indicação de servidor para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Classe I a que se refere o artigo 1º desta Resolução será realizada por indicação individual de cada Vereador.

Parágrafo Único. A indicação individual acima mencionada será a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 6º Caberá exclusivamente à Presidência, após apresentação dos nomes para ocupação do cargo mencionado no artigo 5º, analisar a documentação descrita no artigo 7º desta Resolução e, caso não haja restrição, mediante a assinatura do termo de posse no qual o servidor firmará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo, promover a nomeação.

Art. 7º No ato da posse, o servidor nomeado para ocupar cargo de recrutamento amplo de assessor parlamentar na Câmara Municipal assinará termo de posse no qual firmará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo e apresentará, sem prejuízo de outros documentos requeridos pela direção geral da Câmara Municipal de Varginha:

I- declaração de bens e direitos que constituem seu patrimônio;



Câmara Municipal de Varginha

II- declaração de inexistência dos impedimentos previstos nos arts. 8º e 9º;

III- certidão de quitação eleitoral extraída da página do Tribunal Superior Eleitoral;

IV- atestado de bons antecedentes.

Art. 8º É vedada a posse no cargo em comissão de recrutamento amplo na Câmara Municipal de Varginha de:

I - cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de:

a) vereador;

b) servidor efetivo ocupante de cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento;

c) servidor ocupante de cargo de recrutamento amplo.

II - pessoa que exerça atividade empresarial ou participe de sociedade empresarial, exceto como acionista, cotista ou comanditário;

III- pessoa que conste como acionista, cotista ou comanditado detendo a função de administração da empresa ou da sociedade empresarial;

IV – pessoa condenada nos termos da alínea “e” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, com a redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

Art. 9º Os cargos de que tratam esta Resolução não possuem natureza técnica ou científica, não se enquadrando na exceção prevista no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República.

Parágrafo único – É vedada a acumulação dos cargos a que se refere o caput com o de vereador.

Art. 10 O ocupante de cargo em comissão de recrutamento amplo de Assessor Parlamentar será automaticamente exonerado:

I – com o encerramento da legislatura;

II – com o afastamento do Vereador;

III – na hipótese da licença do Vereador;

IV – com a ocorrência de vaga na Câmara Municipal, em razão de falecimento, renúncia ou perda de mandato do Vereador.

Art. 11 A servidora gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, tem assegurada sua estabilidade



Câmara Municipal de Varginha

no cargo, vedados a sua exoneração, o seu reposicionamento e o seu remanejamento.

Parágrafo único – Na hipótese de ato de exoneração, se for constatado posteriormente que a servidora estava grávida quando foi exonerada:

I – o ato será tornado sem efeito, com a reintegração da servidora ao cargo;

II – eventual servidor que tenha sido nomeado será exonerado automaticamente.

Art. 12 O décimo terceiro salário devido aos servidores será calculado proporcionalmente às remunerações percebidas no respectivo exercício financeiro, com a aplicação do percentual de adicional por tempo de serviço, quando for o caso, a que faça jus o servidor no mês de dezembro de cada ano ou do último mês referente ao acerto rescisório, em caso de desligamento do cargo.

Art. 13 Caberá exclusivamente à Presidência promover a livre nomeação e exoneração dos cargos que trata esta Resolução, na forma do Regimento Interno da Câmara Municipal de Varginha.

Art. 14 As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Varginha.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal de Varginha, 15 de setembro de 2022. 139º da
Emancipação Político Administrativa do Município.**

**RODRIGO SILVA NAVES
VICE PRESIDENTE**

**ZILDA MARIA DA SILVA
PRESIDENTE**

**DANIEL RODRIGUES DE FARIAS
SECRETÁRIO**



Câmara Municipal de Varginha

ANEXO I

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, artigo 16 e § 1º, artigo 17, da Lei Complementar nº101/2000)

OBJETO: Criação e extinção de cargos públicos no quadro de servidores da Câmara Municipal de Varginha.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a referida despesa enquadra-se na precisão orçamentária da Câmara Municipal de Varginha e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração, tendo como fonte de recursos a receita proveniente de Repasse de Duodécimos da Prefeitura Municipal, não infringindo portanto, quaisquer disposições da legislação.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2022: Sem reflexo, pois não aumenta a despesa orçamentária já prevista para o referido exercício.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2023: Sem reflexo, pois o orçamento do referido exercício constará dotação específica para atender as despesas com pessoal.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2024: Sem reflexo, pois o orçamento do referido exercício constará específica para atender as despesas com pessoal.

METAS DE RESULTADOS FISCAIS: A despesa criada não afetará as metas de resultados fiscais, uma vez que sua fonte de recurso advém da redução permanente das despesas pela extinção de diversos cargos.

METODOLOGIA DE CÁLCULO: Para apuração utilizou-se como metodologia de cálculo os valores referentes à extinção dos cargos em confronto com a criação de novos cargos.

CRIAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS					
DENOMINAÇÃO	PROVIMENTO	CLASSE	QUANT.	VALOR	TOTAL
Assessor Parlamentar	Amplo	I	10	2.203,20	22.032,00
Assessor Parlamentar	Amplo	II	2	3.051,40	6.102,80
Assessor Parlamentar	Amplo	III	4	6.102,79	24.411,16
TOTAL	-	-	16	-	52.545,96

EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS					
DENOMINAÇÃO	PROVIMENTO	CLASSE	QUANT	VALOR	TOTAL
Chefe de Serviço de Controladoria	Amplo	CCL-05	1	6.101,79	6.101,79
Chefe de Serviço de Compras	Amplo	CCL-05	1	6.101,79	6.101,79
Chefe de Serviço de Contabilidade	Amplo	CCL-05	1	6.101,79	6.101,79
Chefe de Serviço de Comunicação	Amplo	CCL-05	1	6.101,79	6.101,79
Assistente Técnico Legislativo	Amplo	CCL-03	1	3.051,40	3.051,40
Assessor de Gabinete da Presidência	Amplo	CCL-03	1	3.051,40	3.051,40
Assessor de Gabinete de Vereadores	Amplo	CCL-02	10	2.203,20	22.032,00
TOTAL	-	-	16	-	52.545,96

Varginha, 17 de agosto de 2022.

José Marcelo Azevedo
Chefe de Serviço de Contabilidade



Câmara Municipal de Varginha

ANEXO II

QUALIFICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR

I – CLASSE I:

I.1 - Qualificação desejável:

- a) nível médio de escolaridade;
- b) digitação e operação de microcomputador;
- c) conhecimentos básicos de língua portuguesa;

I.2 – Atribuições:

- a) executar trabalhos de assistência político-parlamentar ou legislativa e representar o Vereador em reuniões, eventos e solenidades quando por este designado;
- b) recepcionar e atender pessoas, prestando as informações necessárias;
- c) articular-se com órgãos internos e externos à Câmara e com autoridades diversas, quando solicitado;
- d) acompanhar matérias e publicações de interesse do Poder Legislativo;
- e) elaborar correspondência oficial e demais textos relacionados com a atividade parlamentar, quando solicitado;
- f) organizar e manter atualizada agenda telefônica oficial de entidades e de lideranças políticas relacionadas com a área de atuação do Vereador;
- g) executar atividades ligadas ao protocolo, registro e arquivamento de documentos e fichas;
- h) executar atividades relacionadas à expedição de correspondências e ao cumprimento de atos relativos aos serviços parlamentares;
- i) realizar o controle da manutenção de equipamentos e instalações do local de trabalho;
- j) exercer outras atividades atribuídas pelo Vereador.

II – CLASSE II:

II.1 – Qualificação desejável:

- a) nível médio de escolaridade;
- b) conhecimento dos métodos, técnicas e práticas relacionados com a atividade político-parlamentar;
- c) conhecimento da estrutura e do funcionamento da Câmara Municipal;
- d) capacidade de realizar exposição de fatos e fundamentação clara e lógica;



Câmara Municipal de Varginha

- e) aptidão para levantamento de dados necessários à elaboração de trabalhos técnicos;
- f) domínio da língua portuguesa e da técnica de redação de documentos parlamentares;
- g) digitação e operação de microcomputador.

II.2 – Atribuições:

- a) desempenhar atividades de apoio à organização e à coordenação político-administrativa relacionadas com as bases de atuação parlamentar, conforme orientação do Vereador;
- b) auxiliar na realização de estudos e pesquisas para subsidiar os trabalhos do Vereador;
- c) recepcionar e atender pessoas, prestando as informações necessárias;
- d) articular-se com órgãos internos e externos à Câmara e com autoridades diversas, quando solicitado;
- e) elaborar correspondência oficial e demais textos relacionados com a atividade parlamentar;
- f) exercer outras atividades atribuídas pelo Presidente.

III – CLASSE III:

III.1 – Qualificação desejável:

- a) nível superior de escolaridade ou experiência por mais de 10 (dez) anos na função, com exigência mínima de ensino médio completo;
- b) conhecimento de princípios e práticas relacionados com a atuação do Poder Legislativo;
- c) capacidade de planejar, coordenar e orientar atividades político-administrativas;
- d) capacidade para atender, executar e comunicar, com rapidez, determinações superiores;
- e) domínio da língua portuguesa, da técnica de redação de documentos parlamentares e de proposições do processo legislativo;
- f) digitação e operação de microcomputador.

III.2 - Atribuições:

- a) atuar na organização, na coordenação e no controle das atividades político-administrativas em Plenário e nas comissões e nas bases de atuação parlamentar, conforme orientação do Vereador;
- b) realizar estudos e pesquisas para subsidiar os trabalhos do Vereador;
- c) assessorar o Vereador e representá-lo em reuniões, eventos e solenidades quando por este designado;



Câmara Municipal de Varginha

d) articular-se com órgãos internos e externos à Câmara Municipal e com autoridades diversas;

e) recepcionar e atender pessoas, prestando as informações necessárias;

f) acompanhar matérias e publicações de interesse do Poder Legislativo e propor estratégias de atuação;

g) elaborar minuta de proposição do processo legislativo, correspondência oficial e demais textos relacionados com a atividade parlamentar;

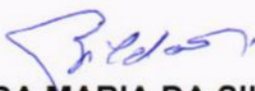
h) executar e controlar atividades administrativas referentes a dados funcionais dos servidores, frequência e material de consumo para as quais for designado;


i) executar trabalhos de assistência político-parlamentar ou legislativa e representar o Vereador em reuniões, eventos e solenidades quando por este designado;


j) acompanhar matérias e publicações de interesse do Poder Legislativo;

k) exercer outras atividades atribuídas pelo Presidente.

**Câmara Municipal de Varginha, 15 de setembro de 2022.
139º da Emancipação Político Administrativa do Município.**


**ZILDA MARIA DA SILVA
PRESIDENTE**


**RODRIGO SILVA NAVES
VICE PRESIDENTE**


**DANIEL RODRIGUES DE FARIAS
SECRETÁRIO**